



CONGRESSO NACIONAL

MPV - 435

00002

APRESEN	DE EME			, <u></u> ,		
data 02/07/2008		roposição isória nº 435 / 20	08			
autor Deputada Luciana Genro – PSOL/RS						n° do prontuário
1	2. 🗌 Sı	ıbstitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5.	Substitutivo global
Página	Página Artig		Parágrafo	Inciso	1	alínea
			TEXTO / JUSTIFICAÇÃ			
Revoga-se o artigo 2º da Medida Provisória 435/2008.						
Justificativa						
Nos últimos anos, o país tem atraído grande quantidade de capital estrangeiro através do estabelecimento das maiores taxas de juros do mundo e da isenção de Imposto de Renda sobre os ganhos dos estrangeiros na dívida interna.						
Estes dólares, trazidos pelos investidores estrangeiros, são comprados pelo Banco Central (BC), que os paga em reais, aumentando a base monetária em circulação na economia. Para evitar o aumento na base monetária (que, na visão do governo, geraria inflação), o BC entrega ao mercado títulos da dívida interna, recebendo em troca reais, reduzindo-se assim a base monetária. Nesta operação, chamada de "Mercado Aberto", o BC utiliza os títulos do Tesouro, que se encontram em poder do BC.						
Nos últimos anos, este processo tem causado um enorme prejuízo ao BC, uma vez que este termina por manter em seu patrimônio uma grande quantidade de dólares (que formam as reservas cambiais), que estão se desvalorizando fortemente. Em 2007, este prejuízo - que sempre é coberto pelo Tesouro Nacional - chegou a R\$ 47 bilhões, valor este maior do que todos os gastos com saúde ano passado.						
E quem se beneficia deste prejuízo gigantesco do BC? Os investidores e bancos, pois recebem do BC os juros decorrentes dos títulos da dívida interna, e ainda lucram com a valorização da moeda nacional, uma vez que estão com ativos em reais.						
O artigo 2º desta Medida Previsória amplia a capacidade do Banco Central fazer estas operações extremamente onerosas ao país, pois permite ao Tesouro emitir, sem limite algum, títulos que podem ser utilizados pelo BC nas operações de mercado aberto. Atualmente, o BC apenas pode utilizar os títulos do Tesouro que mantém em seu poder.						
Portanto, propomos a revogação deste artigo.						
						- 1.5 CT 700

PARLAMENTAR